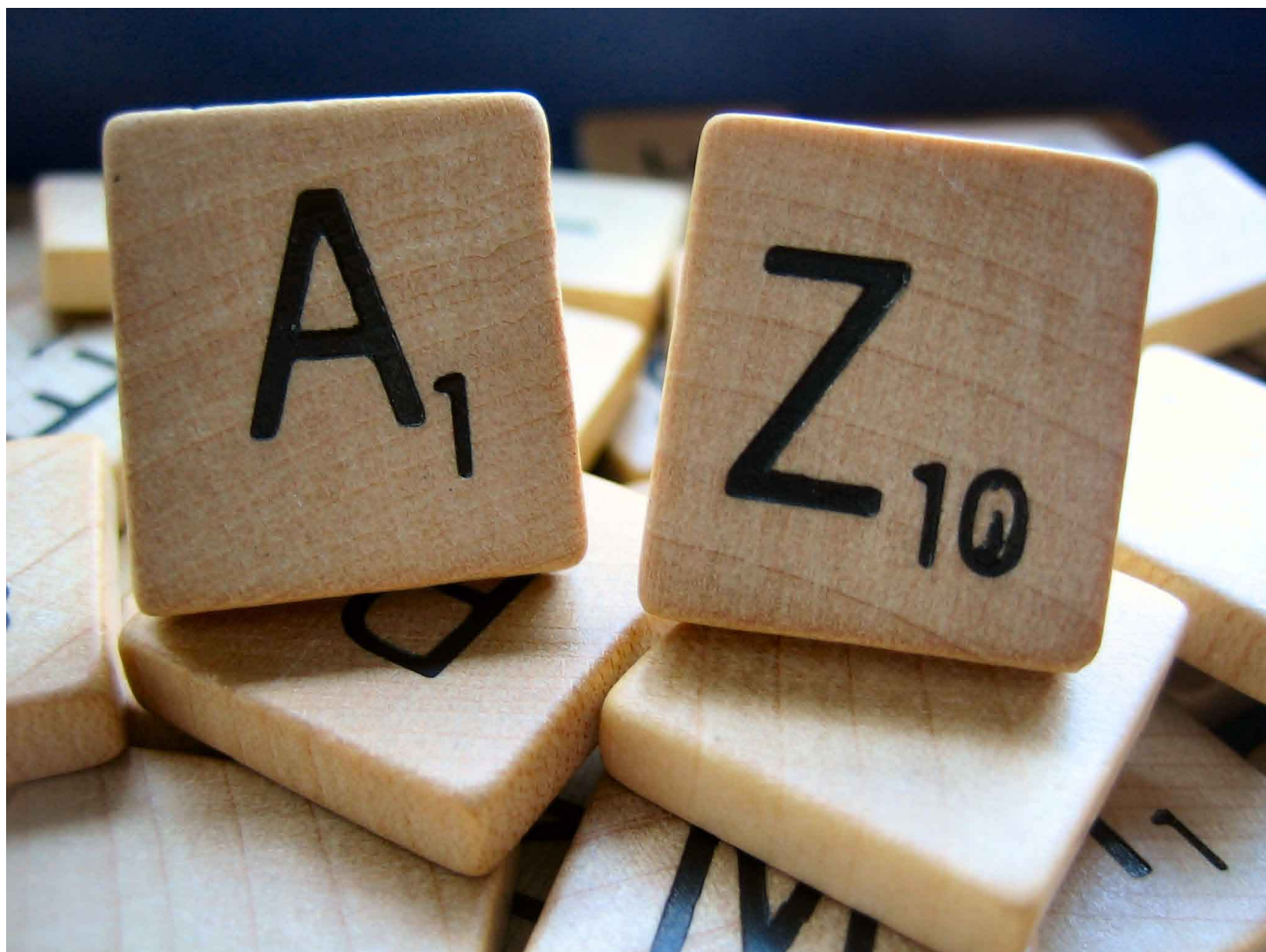


Jpn a4

14.04.2008. número 3. Director: Rui Centeno.
<http://jpn.icicom.up.pt/>.

ÍNDICE PAÍS página 2. UP página 5. EDUCAÇÃO página 6. PORTO página 7.
CIÊNCIA E TEC página 9. CULTURA página 10 ÚLTIMA página 11.

“Correcto” ou “incorreto”? O acordo da discórdia página 2



Portugal tem seis anos para ado(p)tar a nova grafia

Sandra Silva Pinto - lj0406l@icicom.up.pt

2014 é a meta para implementar a uniformização gráfica da língua. 17 anos depois da assinatura do acordo, Portugal compromete-se a honrar o compromisso.

O Governo português aprovou, dia 6 de Março, o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da língua portuguesa. A assinatura do acordo data de 1990, mas só agora Portugal decidiu levar adiante a proposta do protocolo modificativo de 2004 e estabelecer um prazo de seis anos para a adaptação e entrada em vigor da nova grafia.

A ratificação do acordo e a adopção de uma nova forma de escrever em português não tem sido vista de forma consensual e pacífica ao longo dos últimos dezasseis anos. Desde a assinatura do acordo, em Dezembro de 1990, muitas foram as figuras públicas e especialistas em linguística que manifestaram a sua oposição às alterações propostas pelo documento.

Contudo, apesar das vozes contestatárias, das críticas à inércia e pouca vontade política denotadas pelas lideranças políticas, e depois da elaboração de dois protocolos modificativos, o Governo português decidiu avançar com a implementação do acordo que unifica a escrita da língua portuguesa.

A decisão foi tomada em Conselho de Ministros e prevê que, em 2014, todos os portugueses já escrevam de acordo com as novas alterações gráficas. Enquanto espera a aprovação da Assembleia da República (AR) e do presidente Cavaco Silva, a proposta foi objecto de debate na AR onde professores catedráticos, linguistas, editores e deputados discutiram vantagens e contrapartidas da nova ortografia.

A troca de argumentos entre o eurodeputado Vasco Graça Moura e Carlos Reis, catedrático de Coimbra e reitor da Universidade Aberta, foi o momento que mais se destacou e captou a atenção dos presentes na AR. Carlos Reis defende a implementação do acordo com vista a eliminar divisões entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), enquanto o eurodeputado do PSD faz duras críticas de cariz jurídico ao documento.

A uniformização gráfica da língua está longe de gerar unanimidade e promete continuar a ser uma questão polémica e discutível. Contudo, a mudança no Ministério da Cultura pode ter contribuído para acelerar este processo. A ex-ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, estimava um período de dez anos para “avaliação da sociedade civil” até à entrada em vigor do acordo. Já Pinto Ribeiro, seu sucessor desde Fevereiro deste ano, tem mostrado grande

empenho na rápida ratificação portuguesa e dos restantes países lusófonos.

Ortografia não influencia a união cultural dos povos lusófonos

A questão da identidade cultural de cada país e o sentimento de união lusófona são temas que inquietam os especialistas que mais se envolvem no debate da nova ortografia. Pedro Mexia, escritor e crítico literário, escreveu, recentemente, no seu blogue que não é “adepto deste Acordo Ortográfico”, mas reconhece as possíveis “vantagens culturais e comerciais”.

O professor João Malaca Casteleiro assegura que “as reformas ortográficas nada têm a ver com a oralidade”, o que permite a cada falante continuar a “dispor da sua liberdade de expressão”. As alterações são “do ponto de vista gráfico, da representação gráfica da língua”, garantiu o investigador.

Pedro Mexia defende, mesmo assim, que “a língua, enquanto legado, vive nos textos, e acima de tudo na grande literatura”. “É o português escrito que dá identidade à língua portuguesa. Alterar o modo como escrevemos a partir do modo como falamos é uma ideia muito discutível”.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/11/>

O alfabeto torna-se maior, o uso de iniciais maiúsculas altera-se, as consoantes mudas são eliminadas - eis algumas das mudanças previstas no Acordo Ortográfico

Introdução de novas letras

O alfabeto passa de 23 para 26 caracteres com a entrada oficial das letras “k”, “w” e “y” que já eram vulgarmente usadas nas palavras importadas de línguas estrangeiras.

Eliminação das maiúsculas

O uso de iniciais maiúsculas deixa de ser necessário para escrever os meses do ano e os pontos cardeais (“abril”, “norte”, por exemplo) e passa a ser opcional para escrever nomes de disciplinas (“geografia”, “filosofia”) ou de ruas, avenidas e praças (“rua do campo alegre”, “avenida dos aliados” ou “praça da república”).

Supressão de consoantes mudas

As consoantes mudas vão ser eliminadas de todos os vocábulos. São exemplos o “c” (“correto”, “afetivo”) e o “p” (“ótimo”, “exceção”, “perentório”). Palavras como “convicção”, “ficção” ou “raptó” não sofrem qualquer alteração porque as consoantes são pronunciadas em Portugal e Brasil. Nos casos em que estas consoantes não são mudas, nos dois países, devido à forma como são pronunciadas, mantém-se uma dupla grafia (“aspecto/aspeto”, “caracteres/caracteres”, “corrupto/corruto”, “recepção/recepção”). A dupla grafia mantém-se, também, nas palavras com sequências “bt”, “gd”, “mn” e “tm” (“subtil/sutil”, “amígdala/amígdala”, “omnipotente/onipotente” ou “aritmética/arimética”), uma vez que o acordo permite a escolha facultativa.

Supressão de acentos

A eliminação de acentos verifica-se em palavras como “para” (forma verbal), “pelo” (substantivo), “demos” (modo conjuntivo), mas mantém-se a dupla grafia nos vocábulos de acentuação esdrúxula (“académico/acadêmico”), aguda (“metro/metrô”), graves (“bónus/bônus”). As conjugações verbais da terceira pessoa do plural do indicativo passam a escrever-se sem acento (“leem”, “reveem”), assim como as palavras terminadas em “o” duplo (“voo”, “enjoo”). No Brasil, os ditongos abertos “ei” e “oi” e as palavras paroxítonas como “assembleia” ou “ideia” também perdem os acentos.

Supressão de hífen

As novas regras do acordo prevêem (preveem) ainda a supressão dos hífenes nas formas do verbo “haver” que se unem à preposição “de” (“hão de”, “hei de”), na palavra “fim de semana”, mas não nas “pé-de-meia” ou “cor-de-rosa”. Em relação às palavras formadas por prefixação há várias situações a ter em conta: quando os vocábulos começam por “r” ou “s” e os prefixos acabam em vogal, cai o hífen e dobra a consoante (“antirreligioso”, “contrarregra”), mas se a palavra começar por vogal o hífen também desaparece (“contraordenação”), excepto se as duas vogais forem iguais (“pré-eliminatória”). Abre-se, ainda, a excepção (exceção) para o prefixo “co” (“cooperação”).

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/11/>

Como escrever em bom português dentro de seis anos?

APEL: “Este acordo é nocivo para a língua”

Sandra Silva Pinto - lj04061@icicom.up.pt

António Batista Lopes defende que o Acordo Ortográfico “não é necessário” e em “nada contribui para reforçar a lusofonia”. Presidente lamenta falta de debate alargado.

O presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), António Batista Lopes, considera o Acordo Ortográfico desnecessário. “Não serve rigorosamente em nada os interesses de promoção da língua portuguesa nem os interesses de Portugal”, critica.

Ao JPN, Batista Lopes rejeitou a necessidade portuguesa de um Acordo Ortográfico, seja ele o que está prestes a entrar em vigor ou qualquer outro. Referiu que um

dos motivos invocados pelos defensores do acordo é que ele “contribuiu para uma maior divulgação da língua portuguesa na cena internacional” e, para refutar este argumento, recorre à analogia do “inglês britânico” e o “inglês norte-americano”.

“Há outros países que têm em comum a língua, como Inglaterra e Estados Unidos, e que se entendem perfeitamente com as variantes de cada país, sem necessidade de nenhum acordo”. Uma constatação que leva Batista Lopes a questionar a decisão portuguesa: “Por que é que os países onde se fala a língua de maior expressão em termos planetários, que é o inglês, não sentem necessidade de realizar um acordo ortográfico?”

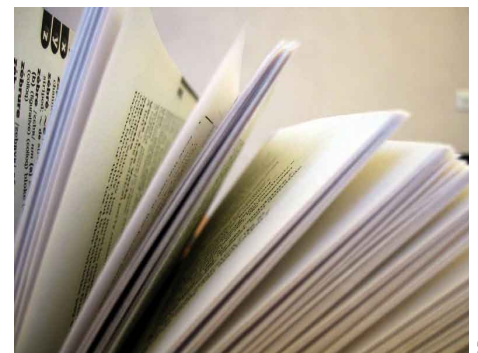
Para o presidente da APEL, a resposta é simples e objectiva: “a riqueza de uma língua reside na sua diversidade” e, por essa razão, torna-se evidente que “este ‘desacordo’ não vem provocar nenhum reforço da lusofonia”.

Na sequência do debate parlamentar sobre o tema, que reuniu académicos, políticos, escritores, editores e outros intelectuais, Batista Lopes critica a forma como tem sido debatida a implementação do acordo. “Lamentavelmente, este processo não está a ser objecto do debate alargado, forte que deveria ser”, afirma.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/11/>

APEL defende que debate sobre Acordo Ortográfico devia ser mais “forte e alargado”



O lado interactivo da universidade

Ana Isabel Santos - ljcc04005@letras.up.pt

Os visitantes da Mostra da Universidade do Porto têm a possibilidade de participar em diversas actividades propostas pelas várias faculdades.

A sexta Mostra da Universidade do Porto, que decorre na Faculdade de Desporto, conta com múltiplos *stands*, onde a afluência de visitantes tem sido elevada, particularmente devido às diversas actividades interactivas apresentadas.

Os alunos de medicina, quer do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar quer da Faculdade de Medicina da UP, desafiam os visitantes a visualizarem o próprio sangue através do microscópio, perante a ousadia do *slogan* "Nós já vimos o nosso sangue. E tu? Já viste o teu?".

É possível, ainda, efectuar actividades de rastreio, como medir os níveis de glicemia, colesterol, tensão arterial e melanina.

Para quem prefere emoções ao estilo televisivo, a Faculdade de Farmácia apresenta uma proposta: torne-se investigador do CSI e identifique através de reacções químicas diversos reagentes.

O Centro de Astrofísica da Universidade do Porto apresenta, pela primeira vez, um planetário digital. Com o céu do Porto como pano de fundo, a viagem pelo sistema solar permite ver Marte, a lua e observar várias constelações.

A parede de escalada, gerida pela Faculdade de Desporto, permite chegar a um nível superior que atrai os visitantes com gosto por actividades radicais. Os expositores da Faculdade de Engenharia mostram robôs capacitados para desenvolver actividades como jogar futebol.

A Faculdade de Belas Artes propõe uma sessão fotográfica original. Os visitantes são desafiados a tirar fotografias com ob-

jectos invulgares como é o caso de um regador ou um coador.

Com entrada gratuita, a mostra, que começou quinta-feira, está aberta até domingo, entre as 10h e as 19h. No sábado, as portas mantêm-se abertas até às 23h.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/10/>

Do desporto à ciência,
são muitas as
actividades
da mostra da UP



Coimbra espera ter Tribunal Universitário Judicial Europeu em 2010

Joana Correia - ljcc05050@letras.up.pt

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra lançou projecto para a construção de um Tribunal Universitário Judicial Europeu.

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC) pretende criar um Tribunal Universitário Judicial Europeu (TUJE), com a intenção de se obter um espaço real de administração da justiça e de experimentação de soluções para o sector judiciário ligado directamente à FDUC.

Espera-se que, em 2010, o TUJE já esteja a funcionar combinando três vertentes: a de tribunal de primeira instância, a de espaço de ensino para os alunos de direito e a de investigação.

Segundo disse ao JPN o presidente da comissão instaladora, José Gomes Canotilho, o projecto ainda está em fase de negociação, faltando resolver algumas questões. “Há dois problemas a resolver. Como se tra-

ta de um tribunal a funcionar de acordo com a Constituição e com as leis aplicáveis à organização judiciária, tem de passar por um protocolo com o ministro da Justiça no sentido de instalar aqui tribunais efectivos”, afirma.

“O outro [problema] é que, como se trata de uma unidade orgânica da Universidade de Coimbra, tinha ser, também, criado por deliberação do Senado, que já foi proferida. Neste momento temos a dinamização em termos universitários e agora temos a necessidade de efectivação da criação dos tribunais de acordo com as recentes leis de organização judiciária”, explicou o constitucionalista, vencedor do Prémio Pessoa em 2003.

O protocolo entre o Ministério da Justiça e a Reitoria da Universidade de Coimbra já foi assinado e o projecto de arquitectura está na fase de execução. Se os tribunais que se pretendem estabelecer no TUJE forem aprovados, vão funcionar como tribu-

nais legais normais tribunais legais normais [Ouvir], nos quais a FDUC terá pouca interferência.

A parte que vai estar ligada ao ensino vai depender dos ciclos de formação. Segundo Gomes Canotilho, os 2 e 3 ciclos serão os que mais beneficiarão do Tribunal Judicial Universitário Europeu.

José Gomes Canotilho considera que este projecto inovador será uma mais-valia não só para a FDUC, que é a que terá maior articulação com o TUJE, como para toda a Universidade de Coimbra, já que só vai poder funcionar com o “contributo da interacção das várias faculdades”.

O antigo colégio da Trindade situado ao lado da FDUC vai ser o espaço destinado para a instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/10/>

Espera-se que em 2010 o Tribunal Universitário Judicial Europeu já esteja a funcionar



“Sentimento de insegurança entre os portuenses aumentou”

Marisa Ferreira - ljcc05008@icicom.up.pt

A criminalidade no Porto diminuiu de 2006 para 2007, diz relatório da PSP, mas os crimes são mais agressivos e existe uma mais fácil utilização de armas.

O Conselho Municipal de Segurança (CMS) do Porto reuniu-se, esta terça-feira, com a Polícia de Segurança Pública (PSP), para discutir a criminalidade que se tem sentido na cidade. Durante a reunião foi apresentado um relatório da PSP, que revela que a criminalidade diminuiu de 2006 para 2007, mas que existe uma maior agressividade e uma maior utilização de armas de fogo.

O vereador das Actividades Económicas e Protecção Civil afirmou que não podia “deixar de constatar, que os números apresentados pelo relatório, não estão em consonância com o sentimento de insegurança das pessoas”. Para Sampaio Pimentel, um dos principais motivos para aumento da

insegurança, entre a população portuense, é a ocorrência de crimes violentos relacionados com a noite.

No entanto, aponta outras causas, como o “regresso dos arrumadores ao centro do Porto”, devido ao “abandono” do programa “Porto Feliz”, que o Governo deixou de apoiar. Segundo Sampaio Pimentel, esta situação veio “acentuar as dificuldades, para quem tem a competência de agir, nomeadamente a PSP”. Outro factor prende-se com a “mediatização de certos crimes”, que “provoca reacções”, referiu o vereador.

Faltam meios humanos e materiais

Em entrevista recente ao JPN (ver vídeo nesta página), Rui Matos, comissário da divisão de investigação criminal da PSP, afirmou que o crime violento não tem aumentado, mas revelou que ele é praticado actualmente com maior agressividade.

“Os crimes agora são praticados com mais

armas de fogo, existem mais homicídios, mais pessoas que são assaltadas e que são baleadas. Isto sim é um sinal preocupante”, referiu.

Segundo Rui Matos, a cidade do Porto “em termos de criminalidade está controlada, mas o tráfico de rua é mais acentuado, como no bairro de Aleixo, que é o caso mais preocupante”.

Na conferência de imprensa desta terça-feira, Sampaio Pimentel afirmou que uma das formas de combater a criminalidade e falta de segurança é o aumento do reforço policial nas ruas. Rui Matos concorda, apontando como principais dificuldades “a falta de meios humanos e materiais para atender ao aumento da população”. “Actualmente temos alguma dificuldade no visionamento do agente fardado”, reconheceu.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/08/>

Mediatização contribui para sentimento de insegurança, diz vereador



Ricardo Fortunato

TAP divulga turismo no Norte

Anabela Seabra - ljcc05022@icicom.up.pt

EUA e Brasil são mercados onde é preciso aumentar o número de viagens, diz presidente da Adeturn.

A TAP e a Adeturn - Turismo Norte de Portugal assinaram esta segunda-feira um protocolo de promoção turística do Porto e do Norte.

Espanha, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Reino Unido, Itália, Suíça, Luxemburgo, EUA e Brasil serão os alvos da campanha, que passa pela promoção do Porto e do norte de Portugal nos destinos da TAP. O presidente da Adeturn, Jorge Osório, considera que os mercados onde é preciso aumentar o número de viagens são os EUA e o Brasil.

Durante a cerimónia de assinatura do acordo, válido por um ano, no aeroporto Francisco Sá Carneiro, o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, disse que a parceria demonstrava que “o turismo tem ganho uma grande maturidade que está para além dos números”.

O representante do Governo justificou este crescimento pelo “papel fulcral” dos aeroportos. “Sem transportes aéreos não há turismo”, sublinhou.

A iniciativa insere-se na estratégia da Adeturn em promover o Porto e o Norte, região portuguesa que mais cresceu nos dois

primeiros meses deste ano em termos de actividade turística.

Para atingir os objectivos a parceria com a principal companhia aérea nacional, a TAP, é “determinante”, afirmou o presidente da Adeturn. Para Jorge Osório, “as coisas não acontecem por acaso”. “O Norte é uma região apetecível para turistas e operadores. Era inevitável este acordo”, disse.

“Porto está na moda”

A mesma opinião é partilhada por Bernardo Trindade, que afirmou que o “Porto está na moda, do ponto de vista do interesse turístico”. Sublinhou ainda que o acordo apenas vem “solidificar o crescimento do turismo no Norte”.

O secretário de Estado do Turismo elogiou ainda o desempenho da TAP. “A nossa companhia de bandeira tem conseguido rasgar um conjunto de novos mercados”, referiu.

O que prevê o acordo?

Ações conjuntas de promoção, desde workshops a concursos, convites a jornalistas estrangeiros, degustação de produtos regionais e publicidade, campanhas comerciais e publicidade nos sites da TAP e da Adeturn.



>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/07/>

Lançado guia de autodefesa para a Internet

“Livro Negro dos Esquemas e Fraudes na Net” revela burlas mais usuais na Internet e dá dicas de como as evitar.

Joana Vasconcelos - lj04035@icicom.up.pt

A Direcção Geral do Consumidor (DGC) apresentou, esta quinta-feira, o “Livro Negro dos Esquemas e Fraudes na Net”. Este documento é um guia das fraudes mais comuns, registando alguns dos principais esquemas utilizados na Internet, além de dar dicas para os consumidores se defenderem.

O livro, elaborado com base na publicação “The Little Black Book of Scams” e adaptado à realidade portuguesa, vai servir como arma de defesa para os consumidores se precaverem. A DGC pretende actualizar as informações dadas no documento, de cada vez que isso se justifique, garantindo, desta forma, que os consumidores estejam constantemente actualizados em relação a estes crimes.

A oferta de brindes, a promessa de assistência sem qualquer custo ou o aliciamento dos clientes, advogando que muita gente já o fez, são algumas das estratégias mais comuns. Desta forma, este guia para a autodefesa pretende ser mais um meio de alertar os consumidores.

No documento é possível ler que há duas regras elementares para não ser enganado: aprender a distinguir fraudes de ofertas genuínas e saber combater os truques de um vigarista. São dados também alguns conselhos e feitas perguntas para levar os consumidores a pensar.

Este guia para a autodefesa dos consumidores explica também que as fraudes são bem sucedidas porque, além de terem uma aparência genuína, que vai ao encontro dos desejos ou necessidades dos destinatários, “os vigaristas manipulam as vítimas tocando nos pontos sensíveis” para obterem a resposta que desejam.

Algumas dicas

“A melhor maneira de evitar uma fraude é simplesmente dizer ‘Não’. Mesmo que haja algo de bom na oferta, comece por dizer ‘Não’, em seguida procure mais informações e aconselhamento. ‘Não’ é sempre a melhor defesa”, recomenda o livro.

Ler “atentamente os termos e condições em que o serviço é prestado” e “nunca” tomar “uma decisão de natureza financeira pelo telefone ou por e-mail” (deve-se falar “com um gestor da sua confiança”) são outras dicas. “Aqueles que procuram soluções fáceis para os seus problemas de saúde são frequentemente vítimas de fraudes”, sublinha o livro.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/10/>



Dizer “Não” é sempre a melhor defesa

“Fazer a Festa” volta ao Palácio de Cristal

Festival internacional de teatro da companhia Art'Imagem, do Porto, volta a ser ao ar livre. Decorrerá de 25 de Abril a 4 de Maio.

Joana Caldeira Martinho - ljcc05051@letras.up.pt

O “Fazer a Festa” - Festival Internacional de Teatro, da companhia Art'Imagem, volta este ano à forma original: uma “aldeia teatral” instalada nos jardins do Palácio de Cristal, no Porto. Dez dias de actividades de teatro e música de grupos portugueses, brasileiros e galegos vão animar a cidade de 25 de Abril a 4 de Maio.

Esperam-se 7.500 pessoas para o festival, que conta já com 27 anos de existência. Depois de, nos últimos anos, ter sido reduzido a representações no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, o “Fazer a Festa” volta a ser realizado em pleno, em várias tendas ao ar livre e também na capela Carlos Alberto.

O festival conta com a participação de 25 companhias de teatro e dois grupos musicais vindos da Galiza e do Brasil. Vão ser apresentados 30 espectáculos de autores como Tchêkov, Pablo Neruda, José Eduardo Agualusa e Ondjaki. Espectáculos-oficina vão animar as crianças (pela companhia do Centro Cultural de Belém/CPA) e o café-teatro, a partir das 23h30, vai entreter os adultos.

O festival apresenta, também, vários espectáculos de marionetas e três peças de Gil Vicente, incluindo duas representações do “Auto da Barca do Inferno. “Voltamos ao pai fundador do teatro, o que é um bom prenúncio”, afirmou o director da Art' Imagem, José Leitão.

gem, José Leitão.

“Um outro olhar” da Câmara Municipal do Porto

O “Fazer a Festa” concentra 80 mil euros de investimento, fruto do apoio do Ministério da Cultura, do Instituto Português da Juventude, do Inatel do Porto e da Câmara Municipal do Porto (CMP).

Até à chegada do Executivo de Rui Rio, o “Fazer a Festa” recebeu um forte apoio da CMP, que em 2001 chegou a 100 mil euros. Contudo, a partir dessa altura o apoio desceu para 20 mil, chegando mesmo a ser retirado totalmente no ano passado, “porque [a companhia] não assinou a cláusula de não criticar a CMP”, explicou o director da companhia. Agora existe “um outro olhar da câmara”, diz José Leitão, face ao investimento de 15 mil euros da autarquia na edição do festival deste ano.

O intercâmbio com os países lusófonos tem sido uma forte componente do Teatro Art'Imagem, que levou ao Brasil o espectáculo “Babine, o Parvo” e que apresenta, em Setembro deste ano, a peça “Ptolomeu e a sua viagem de circumnavegação” no festival Mindelact, na ilha de São Vicente, em Cabo Verde.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/10/>

“Íntima Fracção” troca rádio pela Internet

Sandra Silva - ljcc05069@icicom.up.pt

O “Expresso” é o primeiro jornal português a ter um programa de música próprio e exclusivo. Na passada terça-feira, dia em que comemorou 24 anos, o “Íntima Fracção” lançou a primeira edição no site do “Expresso”.

O programa é, desde a sua criação, produzido e coordenado por Francisco Amaral. O

autor define-o como “uma tentativa de fazer uma encenação sonora”. “Trabalha com ambientes, com música, textos, ruídos, várias misturas”, revela.

O radialista procura “uma reacção emocional e sensitiva” dos ouvintes, que acredita serem “das mais diversas proveniências e idades”.

O “Íntima Fracção” arrancou a 8 de Abril de 1984 na Antena 1. Entre 1989 e 2003 as emissões ininterruptas pertenceram à TSF. Em 2004, foi lançado na Rádio Universidade de Coimbra, na qual permaneceu até

ingressar no Rádio Clube Português no último semestre de 2007.

O programa terá uma hora semanal. Francisco Amaral garante que “não vai mudar muito o formato habitual” por estar agora disponível em versão digital. Consciente do pouco espaço dado pelas rádios aos programas de autor, Francisco Amaral acredita que a Net será uma alternativa cada vez mais procurada.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/10/>

FICHA TÉCNICA Director Rui Centeno. **Coordenador Geral** Fernando Zamith.
Chefe de redacção Pedro Rios. **Chefe de Redacção Adjunto** Tiago Dias.
Redactores Ana Isabel Santos, Anabela Seabra, Jessica de Sá, Joana Caldeira Martinho, Joana Correia,
Joana Vasconcelos, Marisa Ferreira, Sandra Silva, Sandra Silva Pinto.
Design Gráfico Ana Gomes.

Ex-presidente do Brasil pede reforma profunda da ONU

Tiago Dias - tdf@icicom.up.pt

Fernando Henrique Cardoso está preocupado com a situação dos políticos actuais, a nível global.

O antigo presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso vê “com preocupação a falta de grandeza dos líderes contemporâneos”, explicando que para “um mundo melhor” é necessária uma “visão mais ampla” das problemáticas do novo século e uma reformulação das Nações Unidas.

Henrique Cardoso falava no auditório de Serralves, no Porto, quarta-feira, numa sessão inserida nas conferências “Crítica do Contemporâneo”, subordinada ao tema “A Política”, com coordenação do antigo Presidente da República português, Mário Soares.

A conferência tinha como mote “O mun-

do contemporâneo nos próximos 20 anos”, mas o ex-presidente do Brasil dedicou a maior parte da sua exposição ao passado, em particular, aos últimos 50 anos do século XX, classificando os eventos que ocorreram nessas cinco décadas de “absolutamente surpreendentes”. Referiu-se, em especial, à queda da União Soviética, por “falta de acompanhamento da automação” industrial que decorria nos EUA.

Lançando várias críticas a órgãos mundiais criados no pós-Segunda Guerra Mundial, como o FMI ou o Banco Mundial, por estarem demasiado dependentes da Reserva Federal norte-americana, o antecessor de Lula da Silva sublinhou que os cinco países no Conselho de Segurança das Nações Unidas são “os países vitoriosos” da era do pós-guerra.

Henrique Cardoso explicou que, quando fala de uma reformulação do Conselho de Segurança, não quer dizer que é o Brasil que deve ganhar um assento permanente na instituição, algo que há muito vem sendo discutido, particularmente dado o crescimento económico do país sul-americano, uma das quatro maiores economias emergentes, a par da Rússia, Índia e China.

“Não me refiro ao Brasil no Conselho de Segurança, isso é ilusório”, afirmou, acrescentando que, enquanto presidente, não fez pressão para que isso acontecesse, pelo menos “neste Conselho”. O que deve ser almejado é uma “reforma mais ampla” das Nações Unidas, incluindo do Conselho de Segurança.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/10/>

FMI revê em baixa o crescimento do PIB português

Jessica de Sá - lj04031@icicom.up.pt

PIB crescerá apenas 1,3%, estima o Fundo.

O Relatório de Previsões Económicas Mundiais do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado quarta-feira, prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal cresça 1,3% em 2008, sendo este valor 0,5% abaixo do projectado há seis meses. Este será o sétimo ano consecutivo em que Portugal cresce abaixo do ritmo dos restantes parceiros da Zona Euro.

Esta é a previsão mais pessimista de todas as avançadas até ao momento, contrariando os valores esperados pelo Governo que apontam para uma taxa de crescimento de

2,2%. Já o Banco de Portugal (BP), a Comissão Europeia e a OCDE prevêem que a riqueza produzida no país aumente 2,0%.

O porta-voz do PS relembra que as “bases são as mesmas para todas as projecções, ou seja, são sempre muito inseguras”. “Sem desvalorizar quaisquer projecções, as apresentadas pelo Governo ou pelo BP têm-se mostrado menos falíveis do que as do FMI”, disse Vitalino Canas ao JPN.

Já a oposição considera que os dados do FMI são preocupantes. Ao JPN, Patinha Antão, deputado do PSD, diz que eles “refletem os últimos efeitos da crise mundial”. “A insistência do Governo em não aceitar

estas projecções apenas faz com que haja uma perda de credibilidade da sua própria acção”, disse.

Na terça-feira, o Governador do BP assumiu que teria de rever em baixa as previsões quanto ao crescimento esperado, mas colocou como valor limite os 1,7%.

No que toca à taxa de desemprego, o FMI reviu em alta, prevendo um valor na ordem dos 7,6% para 2008. As previsões feitas em Outubro passado, as últimas da instituição, apontavam para uma taxa de desemprego de 7,1%, menos 0,5 pontos percentuais.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/10/>